



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8516 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: REFLEXÕES SOBRE INFÂNCIA, CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Camila Rocha Cardoso - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: reflexões sobre infância, CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Considerar o documento curricular, é reconhecê-lo enquanto documento histórico e cultural, não de modo a avaliar os fatos que este revela, mas a fim de se analisar o registro que foi realizado em determinado momento, ou seja, compreender, o que favorece e o que possibilita que um dado discurso seja produzido em um determinado período e não em outro (FOUCAULT, 1996), considerando que este documento é prenhe das marcas, valores, suportes da cultura a ele amalgamado e que tende a exercer um tipo de pressão e coerção sobre os saberes a serem ensinados e a serem aprendidos.

Deste modo, tomaremos como foco a análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando por elementos no capítulo três, que se destina à Educação Infantil. Assim, são apresentadas algumas análises e reflexões com outros/as estudiosos/as sobre infância, corpo, gênero e sexualidade.

Esse documento no referente a Educação Infantil no contexto da Educação Básica discrimina os denominados “Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil”. A estes, atrela as habilidades a serem desenvolvidas. Estas visam propiciar autonomia aos bebês e aos sujeitos com faixa etária entre 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, nomeados como “crianças bem pequenas”. Além disso, menciona que as crianças poderão construir e apropriar-se de conhecimentos, desempenhar um papel ativo na construção significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Pensemos então: qual a equação de poder que há nesse tipo de enunciado? Que discurso eles movimentam? Para responder a tais questões é preciso recorrer ao tempo em que eles foram possibilitados: o tempo da modernidade, onde as noções de liberdade e autonomia do sujeito são ideais movimentados pelo discurso liberal. Um discurso que, paradoxalmente, anuncia liberdade e autonomia que são determinadas, controladas e vigiadas, portanto

impossíveis de serem alcançadas. No entanto, para fazer funcionar o discurso liberal ele produz uma infância e um sujeito da infância que deve ser educado, civilizado. Para tanto cria uma instituição – a Escola que somada a outras – Estado, Igreja e Família, terão a tarefa de realizar sobre o corpo da infância um conjunto de atos e procedimentos educativos a fim de tornar esse corpo civilizado.

Por meio da Pedagogia moderna, um conjunto de elementos é entrelaçado para o esboço daquilo que foi sendo constituído ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e chega aos dias atuais, como justificativa pedagógica e educativa para o desencadeamento de atuação sobre os corpos infantis a fim da produção de uma formação que esquadrinha uma liberdade que não contempla o “querer livremente”, ou seja, “(...) que se quer sem que aquilo que se quer tenha sido determinado por tal ou qual acontecimento, por tal ou qual representação, por tal ou qual inclinação. Querer livremente é querer sem qualquer determinação” FOUCAULT (2004, p. 163 como citado em FONSECA, 2012, p.148).

Exemplo da profunda ausência da autonomia e da liberdade das crianças em seu processo de escolarização é a orientação de que as práticas pedagógicas devem possuir intencionalidade educativa, expressa na seguinte passagem do documento da BNCC:

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017, p. 35).

A experiência de conhecer a si, ao outro e aos demais elementos mencionados no fragmento acima aponta para o assujeitamento da criança, que é anulada diante do poder “do educador” de determinar as experiências ele “permitirá” serem vividas pelas crianças. Chama a atenção ao fato de que a figura masculina (educador) é a apresentada no texto. Igualmente, em nosso país, na Educação Infantil, a maioria esmagadora, em atuação nas escolas, é de profissionais do gênero feminino.

Outro aspecto que destacamos do excerto acima diz respeito a ideia de que a denominada “intencionalidade educativa” trata de mobilização de conhecimento e práticas de si com vistas a processos de higienização, alimentação e vestimentas, portanto, estabelecimento de condutas a serem seguidas desde a infância, não deixando escapar as “(...) brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas” (BRASIL, 2017, p. 35).

Estabelece, pois o documento, por meio da noção de *intencionalidade educativa* padrão de normatização do que deve a criança viver na Educação Infantil, na infância, quando define os critérios e parâmetros a serem seguidos, o que demonstra o exercício de poder, de uns corpos-adultos sobre outros-crianças. Por isso, é preciso avaliar os discursos que são utilizados, as abordagens que são propostas por documentos curriculares uma vez que, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

E não é de outra coisa que a Pedagogia moderna trata que não o modo pelo qual atuará sobre corpos escolares para ali controlar, disciplinar e produzir modos particulares de desejo e de produção de poderes e de saberes. Ao serem capturadas e encerradas nas escolas

brasileiras as crianças, transformadas em sujeitos de direitos, tem seus destinos traçados. Para elas são previstos devires crianças, devires infâncias a serem, objetivamente, delimitadas pela íntima articulação Estado, Família, Escola e Sociedade.

Moruzzi (2017) pensando a pedagogia moderna e a infância também afirma do esquadramento a que é submetida e a inventada a infância moderna:

A pedagogia moderna está inserida nesse contexto em que se esquadra o método, se organiza o tempo e o espaço, da forma mais produtiva e útil (FOUCAULT, 1987), mas se faz isso, sobretudo, a partir de certa definição de infância, de certa classificação da criança no tempo, na cultura, na natureza, na natureza do ensino e da aprendizagem (MORUZZI, 2017, p. 283).

Portanto, é importante compreender que o discurso mobilizado pelo documento curricular, conota um disciplinamento do ser criança e de seus corpos, situação que ocorre pela comparação do indivíduo em relação ao outro, na busca de decidir uma faixa de normalidade que seja efetiva para colocar em funcionamento a norma estabelecida para o que é ser criança e para o que deva ser a infância, uma vez que “Há um modelo de ser humano já posto, transcendente, imutável, eterno e por isso, educar a infância com vistas a esse modelo é considerado o melhor pra elas e para o mundo” (KOHAN, 2007, p. 107).

Entendemos que vale evidenciar aqui também, o que documento chama de “Campos de Experiência”. Tais campos são pensados como aqueles que constituem “(...) um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 36). Num contexto de ataques as diferenças, de uma crescente onda conservadora e neoliberal como a que vivemos no Brasil, de formulações de propostas com visões únicas e ataques a pluralidade pedagógicas, há fortes receios, no seio da comunidade de pesquisadores e pesquisadoras da área da educação, do que podem ser considerados, pelos sistemas municipais de educação brasileiros, como conhecimentos que fazem parte do chamado “patrimônio cultural”.

Monteiro, Castro e Herneck (2018) acusam o silenciamento da discussão de sexualidade no documento da BNCC para a Educação Infantil. Essas autoras pontuam que mesmo existindo os campos de experiência que se referem ao trabalho com o corpo, não há a consideração da relevância da problematização da sexualidade das crianças na Educação Infantil no contexto escolar.

No contexto brasileiro dos últimos anos, vimos que segue em curso o que Santos (2018, p. 9) problematiza em seu estudo: a retirada dos termos gênero e orientação sexual da Base Nacional Comum Curricular. Ele destaca ainda o quanto o currículo é um poderoso instrumento de subjetivação:

(...) os estudantes que respondem conforme o currículo obtém sucesso, os demais serão os outros. Isso insere na maioria dos estudantes uma pulsão de cuidado de si forjando suas subjetividades. Os estudantes passam a se auto vigiar para garantir que responderão de acordo com o que deles se espera.

Contudo, não estão as crianças apartadas das dimensões corporais, de gênero e de sexualidade, mesmo que tais dimensões não estejam pensadas no documento oficial em vigor. É tencionando as representações desse apartamento que a partir do debate democrático

poderemos garantir o direito de desenvolvimento na infância respeitando as singularidades de cada criança (GOELLNER, 2012).

As primeiras descobertas do mundo pelas crianças ocorrem por suas percepções corporais. Tais percepções são permeadas por processos atrelados a dinâmicas afetivas, sensoriais intimamente atreladas ao desejo e ao prazer, que como Monteiro, Castro e Herneck (2018) afirmam, precisam ser valorizadas, afinal, o silenciamento das questões referentes à identidade de gênero e sexualidade aponta que isto acontece também nas escolas.

Portanto, as proposições de formação das crianças não poderiam estar alijadas dessas dinâmicas, pois são com elas que lidam cotidianamente profissionais da Educação Infantil. O debate, por conseguinte, deve ser o de produzir suporte para que as crianças possam viver, de fato, experiências corporais e afetivas com conhecimentos que as sustentem num mundo permeado de processos violentos, de modo verdadeiramente autônomo.

Palavras-Chave: Corpo. Criança. Sexualidade. Gênero. Infância. Currículo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão revista. Ministério da Educação, 2017. Recuperado em 10 de maio, 2019, de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

FONSECA, J. P. A. da. Considerações sobre a constituição do sujeito do cuidado de si no pensamento de Michel Foucault. **Veritas**, v. 57, n. 1, p. 143-152, 2012.

FOUCAULT, M. . **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A Ordem Do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política: Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: reflexões necessárias para pensar a educação na infância. In: FILHA, C. X. (Org.) **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.

KOHAN, W. A infância da educação: conceito devir criança. In KOHAN, W. (Org.) **Infância, estrangeiridade e ignorância**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

MONTEIRO, C.C.; CASTRO, L. de O.; HERNECK, H. R. O silenciamento da Educação Infantil: proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Pedagogia em Ação**, v. 10, n. 1, 2018.

MORUZZI, A. B. A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. **Conjectura: Filos. Educ.**, v. 22, n. 2, p. 279-299, 2017.

SANTOS, A. I. A nova Base Nacional Comum Curricular: uma análise da exclusão dos termos gênero e orientação sexual à luz de Michel Foucault. **V Colóquio Nacional Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. Uberlândia: Edefu, 2018.